

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 6 DE MARÇO

LOCAL DA REUNIÃO: CASA DOS NOURA

HORA DE ABERTURA: 09H30 HORAS

PRESENCAS:

JOSÉ RODRIGUES PAREDES – PRESIDENTE

LUÍS MANUEL MADUREIRA ALMEIDA – VEREADOR

VÍTOR EMANUEL CARDOSO DOS SANTOS FERREIRA – VEREADOR

ANA ISABEL PINTO VIEIRA – VEREADORA

SÓNIA ANDREA RODRIGUES PEREIRA PIRES – VEREADORA

CÉSAR FILIPE FERREIRA SEIXAS – VEREADOR

MAFALDA LOPES MENDES – VEREADORA

FALTAS JUSTIFICADAS: NÃO HOUE

SECRETARIOU: MANUEL JORGE PINTO LAIGINHAS, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL

HORA DE ENCERRAMENTO: 12h00 HORAS

ORDEM DO DIA

| 1 | ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL | Proposta de Deliberação | | |
|-----|--|--------------------------------|--------------------|-------------|
| | | Aprovação | Tomar conhecimento | Ratificação |
| 1.1 | Presente Ata n.º 4/2026 de 20 de fevereiro | X | | |
| 1.2 | Presente Proposta da Presidência n.º 24 apresentado o Relatório de Observância do Direito de Oposição no ano de 2025. | | X | |
| 1.3 | Presente Proposta da Presidência n.º 25 propondo a abertura do procedimento concursal comum com vínculo de emprego público a termo resolutivo certo para um posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior – Balcão Móvel de Atendimento. | X | | |

| 2 | DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA | Proposta de Deliberação | | |
|-----|---|--------------------------------|--------------------|-------------|
| | | Aprovação | Tomar conhecimento | Ratificação |
| 2.1 | Presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia 2026/03/02, apresentando um total de disponibilidades de 10.118.982,20€, sendo 8.657.839,50€ de dotações orçamentais e 1.461.142,70€ de dotações não orçamentais. | | X | |
| 2.2 | Presente informação DAF/CTBPAT/2026/176 propondo a 5.ª alteração aos documentos previsionais de 2026 – permutativa. | | X | |

| 3 | DIVISÃO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL | Proposta de Deliberação | | |
|-----|---|--------------------------------|--------------------|-------------|
| | | Aprovação | Tomar conhecimento | Ratificação |
| 3.1 | Presente informação DGO/2026/196 referente ao Relatório Anual, elaborado no âmbito do Regime Geral de Proteção de Denunciante de Infrações. | | X | |
| 3.2 | Presente pedido de emissão de parecer à constituição de compropriedade do prédio rústico com o artigo matricial 8248 da freguesia de Vila Verde, e aos prédios rústicos com os artigos matriciais 2511, 3329 e 2492 da freguesia de Vilar de Maçada. Contém parecer jurídico n.º 10/2026 favorável. | X | | |
| 3.3 | Pedido de emissão de parecer favorável à concessão da isenção de IMT e IS na aquisição dos prédios rústicos com os artigos matriciais 2555, 2539 e 2551 da freguesia e concelho de Alijó, contíguos ao prédio rústico de que o requerente já é proprietário (inscrito na matriz predial rústica | X | | |

| | | | | |
|--|---|--|--|--|
| | da freguesia de Alijó sob o artigo 2540) – contém parecer jurídico n.º 11/2026 favorável à pretensão. | | | |
|--|---|--|--|--|

| 4 | DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS | Proposta de Deliberação | | |
|-----|--|-------------------------|--------------------|-------------|
| | | Aprovação | Tomar conhecimento | Ratificação |
| 4.1 | Presente informação DOSU/2026/182 informando da necessidade de aprovação de trabalhos complementares à empreitada “Criação/Construção – Loja do Cidadão”. Contém minuta da adenda ao contrato. | X | | |
| 4.2 | Presente informação DOSU/2026/182 propondo a suspensão imediata, parcial e provisória dos trabalhos da empreitada “Requalificação e Valorização Ambiental e Paisagística da Ribeira de São Mamede de Ribatua”. | X | | |

| 5 | DIVISÃO DE URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | Proposta de Deliberação | | |
|-----|---|-------------------------|--------------------|-------------|
| | | Aprovação | Tomar conhecimento | Ratificação |
| 5.1 | Presente pedido de emissão de Dispensa de Autorização de Utilização do prédio urbano descrito no artigo matricial com o número 198 da freguesia de Favaios. Contém proposta de indeferimento. | X | | |
| 5.2 | Presente pedido de emissão de Dispensa de Autorização de Utilização do prédio urbano descrito no artigo matricial com o número 532 da localidade de Carlão. Contém proposta de indeferimento. | X | | |
| 5.3 | Presente pedido de emissão de Dispensa de Autorização de Utilização do prédio urbano descrito no artigo matricial com o número 769 da freguesia de São Mamede de Ribatua. Contém proposta de indeferimento. | X | | |
| 5.4 | Presente pedido de emissão de Dispensa de Autorização de Utilização do prédio urbano descrito no artigo matricial com o número 647 da localidade da Chã. Contém proposta de indeferimento. | X | | |
| 5.5 | Presente pedido de emissão de Dispensa de Autorização de Utilização do prédio urbano descrito no artigo matricial com o número 121 da localidade de Cheires. Contém proposta de deferimento. | X | | |
| 5.6 | Presente pedido de emissão de Dispensa de Autorização de Utilização do prédio urbano descrito no artigo matricial com o número 2518 da freguesia de Alijó. Contém proposta de deferimento. | X | | |

| 6 | DIVISÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO, SAÚDE, DESPORTO E JUVENTUDE | Proposta de Deliberação | | |
|-----|---|-------------------------|--------------------|-------------|
| | | Aprovação | Tomar conhecimento | Ratificação |
| 6.1 | Presente informação DCESDJ/197 propondo a subscrição da declaração de apoio e intenção de colaboração do projeto “Arte em Ponto Pequeno”. | | | X |
| 6.2 | Presente informação DCESDJ/200 referente à emissão de parecer para a realização da manifestação desportiva de ciclismo amador denominada “LifeRiding 2026 – DOURO Trip”, que irá decorrer entre os dias 18 e 22 de maio de 2026, com início e fim em Espinho, com passagem pelo concelho de Alijó, na freguesia do Pinhão, no dia 20 de maio. | X | | |

| 7 | DIVISÃO DE ESTRATÉGIA E EMPREENDEDORISMO | Proposta de Deliberação | | |
|-----|--|-------------------------|--------------------|-------------|
| | | Aprovação | Tomar conhecimento | Ratificação |
| 7.1 | Presente informação DEE/EE/2026/190 propondo a 3. ^a adenda ao Protocolo de Titularidade da Equipa de Sapadores Florestais SF10-117. | X | | |

=====

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Câmara cumprimenta os presentes.

Dá início ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Informa que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela deu um despacho positivo para os municípios, no que diz respeito à avaliação das barragens.

Informa também que relativamente à circulação ferroviária interrompida, na Linha do Douro, ainda não foi dada uma resposta.

O Vereador Vítor Ferreira (PPD/PSD.CDS-PP) cumprimenta os presentes.

Informa que no dia 26 de fevereiro realizou-se uma reunião, em Miranda do Douro, onde dez municípios, afetados pela venda das barragens do Douro, manifestaram preocupação pela falta de cobrança dos impostos alegadamente devidos ao Estado, no âmbito do negócio concluído em 2020 entre a EDP e um consórcio liderado pela Engie. Em causa estão impostos como IMI, IMT e Imposto do Selo, que, segundo os autarcas, não foram liquidados. Apesar do Ministério Público ter arquivado as suspeitas criminais em 2025, concluiu que o Estado tem a receber aquele montante, tendo instruído a Autoridade Tributária a proceder à respetiva cobrança. O Município de Alijó esteve presente nesta reunião, juntamente com outros concelhos da região, demonstrando união na reivindicação destes valores.

A Vereadora Sónia Pires (PPD/PSD.CDS-PP) cumprimenta os presentes.

Começa por informar que no dia 25 e 26 de fevereiro o Município de Alijó marcou presença na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, um dos mais importantes certames de promoção turística a nível nacional. A participação teve como objetivo promover o território, valorizar os seus recursos endógenos, a oferta vínica, gastronómica e cultural, reforçando a afirmação de Alijó enquanto destino de excelência no coração do Douro. Informa ainda que no dia 5 de março realizou-se, no Teatro Auditório Municipal de Alijó, uma ação de sensibilização integrada no projeto DOURORISK, da autoria da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sanfins do Douro em parceria com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, com a participação da Professora Doutora Margarida Liberato como oradora. A sessão teve como principal objetivo sensibilizar a comunidade escolar para os riscos associados a eventos extremos, nomeadamente precipitação intensa e ventos fortes, promovendo a adoção de comportamentos preventivos e o reforço da resiliência local face às alterações climáticas. Deixa uma nota positiva a Teresa Morais por ter estado em exercício na Presidência da República.

Por fim, felicita todas as mulheres, no âmbito do Dia Mundial da Mulher.

A Vereadora Mafalda Mendes (PPD/PSD.CDS-PP) cumprimenta os presentes.

Informa que no dia 2 de março a Biblioteca Municipal de Alijó participou na primeira edição da Rota Literária do Douro, apresentando, “António Cabral – Um poeta do Douro”, natural do Castedo do Douro – Alijó, na Biblioteca Municipal de Armamar. A iniciativa decorre ao longo de 19 dias, envolvendo 19 bibliotecas e 19 autores da região, promovendo a circulação de escritores durienses entre municípios. A Rota Literária do Douro é promovida pela Rede Intermunicipal de Bibliotecas Públicas do Douro, criada em dezembro de 2024, com o objetivo de fomentar a cooperação, a partilha de recursos e o desenvolvimento de projetos conjuntos entre as bibliotecas do território.

Informa também que no dia 24 de fevereiro o projeto CLDS 5G – Alijó AconTece apresentou a sua nova equipa ao Conselho Local de Ação Social e iniciará, em março, um roteiro pelas 14 freguesias do conselho. A iniciativa pretende promover uma intervenção de proximidade, focada no combate à exclusão social, no apoio a idosos isolados e na capacitação das famílias. O objetivo é descentralizar respostas, aproximar serviços da população, dinamizar atividades ajustadas às necessidades locais e reforçar o envolvimento da comunidade e dos parceiros.

Por fim, refere que o Dia Mundial da Mulher é um dia importante, necessário e de luta.

O Vereador Luís Almeida (PS) cumprimenta os presentes e faz as seguintes considerações:

“1. Em Sanfins do Douro, encontra-se em obra a Rua das Forcadas/Rua do Paraíso. Tive oportunidade de visitar a rua este domingo e o cenário que encontrei foi o de uma obra que aparenta estar abandonada, veículos de obra com ferrugem, buracos sem a devida proteção ou sinalização, pedras soltas, ausência de pavimento.

O estado em que se encontra a rua não permite uma mobilidade adequada aos residentes. Bem sei que, durante a obra, há sempre incómodo. Mas mesmo nesse período é possível criar percursos com o mínimo de condições de mobilidade.

Toda esta situação ganha outra dimensão quando se sabe que nesta rua habitam munícipes com mobilidade reduzida.

Este assunto já aqui foi abordado na reunião de 12 de dezembro. Na altura foi-nos esclarecido que o empreiteiro estava com várias obras e estava com problemas em cumprir as suas obrigações. O Sr. Presidente referiu que a resolução contratual poderia estar em cima da mesa.

Passados estes meses, questiona-se:

- a) O que foi feito para resolver os problemas de incumprimento contratual?
- b) As pessoas que moram naquela rua e tem a sua mobilidade condicionada, que soluções podem ter?
- c) Porque não são criados percursos pedonais acessíveis, em fase de obra, que mitiguem os problemas de acesso a todos os residentes naquela rua?
- d) Qual é o prazo previsto para a conclusão da empreitada?

2. Na mesma visita tivemos oportunidade de avaliar alguns dos impactos das chuvadas recentes, nomeadamente na Rua do Calvário em Cheires, onde uma derrocada obstrui parte da via e entre o Bairro da N. Sra. Piedade e a Rua da Boavista, em Sanfins do Douro, os danos no pavimento dificultam a circulação de veículos e pessoas.

3. E já que falamos das tempestades e dos seus efeitos, o registo de ocorrências que, a bem da verdade, nos foi sendo aqui transmitido pelo Vice-Presidente e Presidente, acabou por ser objeto de um relatório bastante exaustivo e detalhado, também nos números, por um dos deputados da coligação “Afirmar a Nossa Terra” numa intervenção na Assembleia Municipal. Espero que não seja necessário acontecer uma Assembleia Municipal para que o executivo obtenha as informações que aqui tem vindo a solicitar.

4. A conferência organizada no âmbito do projeto “Dourorisk” é muito relevante para a compreensão do fenómeno das alterações climáticas, proponho que, no mesmo princípio, o Município organize uma discussão ampla que possa envolver mais intervenientes da sociedade civil (agricultores e outros players que são impactados pelo tema)

5. Assinalar o Dia da Mulher e aproveitar para que se reflita sobre as situações de desigualdade de género, a vários níveis e, cada um de nós, promover um caminho tendente para a efetiva igualdade, seja no contexto político, seja no contexto associativo como em todas as áreas da sociedade.”

O Vereador César Seixas (PS) cumprimenta os presentes e faz as seguintes considerações:

“Senhor Presidente, na última sessão desta Câmara e na Assembleia Municipal, este Executivo apresentou um documento que elenca as suas intenções e prioridades políticas para o presente ano. No entanto, para que este plano não seja apenas um exercício de retórica ou uma lista de promessas adiadas, é imperativo que os cidadãos e esta vereação saibam o que é real e o que é mera intenção.

Um orçamento sem projetos é um orçamento parado. Por isso, os vereadores do Partido Socialista deixam as seguintes questões a este Executivo:

- Dos investimentos anunciados no documento de intenções, quais é que dispõem já de projeto de execução aprovado e estão prontos para avançar para concurso ou obra?

- Relativamente aos restantes investimentos, quais se encontram ainda em fase de elaboração de projeto e qual é o cronograma previsto para a sua conclusão?

- Como justifica o Executivo a inclusão de investimentos neste documento sem que exista, em muitos casos, a intenção da sua execução imediata?

Em relação ao uso exclusivo de aguardente regional no Douro

Senhor Presidente, como é do conhecimento público, a Assembleia da República aprovou recentemente a obrigatoriedade do uso exclusivo de aguardente vínica da Região Demarcada do Douro para a beneficiação dos nossos vinhos generosos. Esta medida tem gerado reações divergentes entre os viticultores e os grandes operadores económicos da região.

Face ao impacto direto que esta legislação terá na economia do nosso concelho e no rendimento das famílias viticultoras que representamos, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista perguntam ao Executivo Permanente:

Qual é a posição oficial deste Município sobre esta lei?

Em que pressupostos técnicos ou económicos baseia o Executivo a sua posição?

Que diligências este executivo já desenvolveu ou pretende desenvolver, na CIM Douro, junto do IVDP e do Governo, em defesa dos interesses dos nossos munícipes?"

Usa da palavra o Presidente da Câmara e afirma que as obras na Rua das Forçadas, em Sanfins do Douro, já foram reformuladas e o termo das mesmas estará para breve.

Reconhece que vive ali um cidadão com mobilidade reduzida e que as obras dificultaram os acessos. Afirma que fará todos os esforços no sentido de acelerar o término das obras. Refere que a rua em Cheires teve uma derrocada e já foi notificado o dono do muro, no sentido de repor a circulação.

Quanto à rua entre o Bairro da N. Sra. Piedade e a Rua da Boavista, junto ao bairro social de Sanfins do Douro, informa que a situação será reposta logo que possível.

No que concerne à distribuição dos saldos de gerência pelos diferentes projetos, são propostas, apenas propostas.

Quanto à calendarização e lançamento dos procedimentos pré contratuais, correrão tão depressa quanto possível e terminarão tem tempo útil.

Relativamente à posição do Executivo permanente no que diz respeito à regulamentação da água ardente para o vinho do Porto ainda não existe posição discutida e aceite.

Tem a sua posição pessoal que é, isso mesmo, pessoal.

O Presidente da Câmara dá por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia.

Antes de serem colocados à discussão e votação os pontos da ordem de trabalhos, pelo Chefe da Divisão de Gestão Organizacional foi dito: "Solicita-se aos membros presentes que, nos termos do n.º 6 do artigo 55.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, na eventualidade de verificarem algum impedimento legal na presente reunião, de acordo com o artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, que o comuniquem e que não participem na respetiva discussão e votação."

DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Ponto 1.1 – Presente Ata n.º 4/2026 de 20 de fevereiro.

Deliberação: aprovada, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, Luís Almeida, Ana Vieira e César Seixas.

Ponto 1.2 – Presente Proposta da Presidência n.º 24 apresentado o Relatório de Observância do Direito de Oposição no ano de 2025.

Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 1.3 – Presente Proposta da Presidência n.º 25 propondo a abertura do procedimento concursal comum com vínculo de emprego público a termo resolutivo certo para um posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior – Balcão Móvel de Atendimento.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a abertura do procedimento do posto de trabalho proposto, com vínculo de emprego público a termo resolutivo certo, com limite a 02/03/2028, no âmbito do projeto “Balcão Móvel de Atendimento”. Mais foi deliberado fixar o prazo de apresentação de candidaturas em 10 dias úteis.

2. DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ponto 2.1 – Presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia 2026/03/02, apresentando um total de disponibilidades de 10.118.982,20€, sendo 8.657.839,50€ de dotações orçamentais e 1.461.142,70€ de dotações não orçamentais.

Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 2.2 – Presente informação DAF/CTBPAT/2026/176 propondo a 5.ª alteração aos documentos previsionais de 2026 – permutativa.

Deliberação: tomado conhecimento.

3. DIVISÃO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL

Ponto 3.1 – Presente informação DGO/2026/196 referente ao Relatório Anual, elaborado no âmbito do Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações.

Deliberação: tomado conhecimento. Mais foi deliberado submeter à Assembleia da República.

Ponto 3.2 – Presente pedido de emissão de parecer à constituição de propriedade do prédio rústico com o artigo matricial 8248 da freguesia de Vila Verde, e aos prédios rústicos com os artigos matriciais 2511, 3329 e 2492 da freguesia de Vilar de Maçada. Contém parecer jurídico n.º 10/2026 favorável à pretensão.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a emissão do parecer favorável, nos termos e

fundamentos do parecer jurídico.

Ponto 3.3 – Pedido de emissão de parecer favorável à concessão da isenção de IMT e IS na aquisição dos prédios rústicos com os artigos matriciais 2555, 2539 e 2551 da freguesia e concelho de Alijó, contíguos ao prédio rústico de que o requerente já é proprietário (inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Alijó sob o artigo 2540) – contém parecer jurídico n.º 11/2026 favorável à pretensão.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a emissão do parecer favorável, nos termos e fundamentos do parecer jurídico.

4. DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Ponto 4.1 – Presente informação DOSU/2026/182 informando da necessidade de aprovação de trabalhos complementares à empreitada “Criação/Construção – Loja do Cidadão”. Contém minuta da adenda ao contrato.

Deliberação: aprovados, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, Luís Almeida, Ana Vieira e César Seixas os trabalhos complementares, no valor de 207.940,59€, nos termos da informação técnica. Mais foi deliberado aprovar a minuta da adenda ao contrato.

Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram a seguinte declaração de voto:

“Este processo tem revelado falta de planeamento e sucessivas indefinições. Face às responsabilidades que nos cabem na decisão, não podemos responsabilizar-nos por esta proposta. Por isso, votamos contra.”

Ponto 4.2 – Presente informação DOSU/2026/182 propondo a suspensão imediata, parcial e provisória dos trabalhos da empreitada “Requalificação e Valorização Ambiental e Paisagística da Ribeira de São Mamede de Ribatua”.

Deliberação: aprovada, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, Luís Almeida, Ana Vieira e César Seixas, a suspensão da empreitada, conforme informação técnica e fundamentação apresentada.

Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram a seguinte declaração de voto:

“A presente declaração de voto é apresentada ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 4/2015 -Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual e do artigo 15.º do Regimento da Câmara Municipal de Alijó, que reconhecem aos membros dos órgãos colegiais o direito de justificar o seu sentido de voto, seja favorável, contrário ou de abstenção, podendo essa declaração ser escrita e devendo constar da ata da reunião. Assim,

Declaramos voto contra, e que fique claro, não é contra a obra, cuja importância e necessidade está perfeitamente justificada, mas pela gestão da mesma que nos parece não ter acautelado os riscos associados a empreitadas deste género e nos termos e para os efeitos previstos no Artigo 15.º, n.º 2, do Regimento.”

5. DIVISÃO DE URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Ponto 5.1 – Presente pedido de emissão de Dispensa de Autorização de Utilização do prédio urbano descrito no artigo matricial com o número 198 da freguesia de Favaios. Contém proposta de indeferimento.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, o indeferimento do pedido de dispensa de licença de utilização, conforme informação técnica.

Ponto 5.2 – Presente pedido de emissão de Dispensa de Autorização de Utilização do prédio urbano descrito no artigo matricial com o número 532 da localidade de Carlão. Contém proposta de indeferimento.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, o indeferimento do pedido de dispensa de licença de utilização, conforme informação técnica.

Ponto 5.3 – Presente pedido de emissão de Dispensa de Autorização de Utilização do prédio urbano descrito no artigo matricial com o número 769 da freguesia de São Mamede de Ribatua. Contém proposta de indeferimento.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, o indeferimento do pedido de dispensa de licença de utilização, conforme informação técnica.

Ponto 5.4 – Presente pedido de emissão de Dispensa de Autorização de Utilização do prédio urbano descrito no artigo matricial com o número 647 da localidade da Chã. Contém proposta de indeferimento.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, o indeferimento do pedido de dispensa de licença de utilização, conforme informação técnica.

Ponto 5.5 – Presente pedido de emissão de Dispensa de Autorização de Utilização do prédio urbano descrito no artigo matricial com o número 121 da localidade de Cheires. Contém proposta de deferimento.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a emissão de certidão de dispensa de utilização do prédio urbano, conforme informação técnica.

Ponto 5.6 – Presente pedido de emissão de Dispensa de Autorização de Utilização do prédio urbano descrito no artigo matricial com o número 2518 da freguesia de Alijó. Contém proposta de deferimento.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a emissão de certidão de dispensa de utilização do prédio urbano, conforme informação técnica.

6. DIVISÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO, SAÚDE, DESPORTO E JUVENTUDE

Ponto 6.1 – Presente informação DCESDJ/197 propondo a subscrição da declaração de apoio e intenção de colaboração do projeto “Arte em Ponto Pequeno”.

Deliberação: ratificado, por unanimidade, o ato praticado pelo Presidente da Câmara, em 03/03/2026, quanto à subscrição da declaração de apoio e intenção de colaboração, ao abrigo do n.º 3 do art.º 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual. Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram a seguinte declaração de voto:

“Sobre este pedido de apoio e de colaboração, queremos começar por ser muito claros: não temos nada contra esta Associação de Valongo, nem contra o mérito do projeto em si. Projetos financiados externamente são, sempre, bem-vindos.

Contudo, esta proposta deve servir de alerta e de reflexão profunda para este Executivo.

E a nossa pergunta é direta: Porque é que não foram as nossas associações locais a apresentar este ou outro projeto semelhante?

O apoio de uma Câmara Municipal às suas associações não se deve esgotar na atribuição de subsídios diretos. O apoio também deveria passar por:

- Ensinar as nossas associações a candidatarem-se a fundos de fundações e a programas europeus;

- Apoiar na redação de projetos e na criação de parcerias. Em vez de esperarmos que associações de fora venham cá "fazer o trabalho", deveríamos ser nós a impulsionar as de cá para que estes 50.000€ ficassem nas nossas associações e na economia local.

É louvável que o Executivo apoie logisticamente esta entidade de Valongo, mas é lamentável que não tenha uma visão estratégica para colaborar com as associações do nosso concelho.

Desafiamos este executivo a criar um Gabinete de Apoio às Associações, que colabore verdadeiramente com as associações do nosso concelho na elaboração de candidaturas para que o dinheiro das fundações e de outros programas não passe por nós, mas fique cá, nas mãos dos nossos dirigentes e dos nossos munícipes.”

O Executivo Permanente (PPD/PSD.CDS-PP) apresentou a seguinte declaração de voto:

“O apoio do Município de Aljô às associações vai muito além da atribuição de apoios financeiros. Ao longo dos últimos anos, o município tem prestado também um acompanhamento logístico e técnico contínuo, apoiando as associações em diversas áreas do seu funcionamento.

Paralelamente, têm sido divulgados regularmente avisos e novas oportunidades de financiamento, incentivando as associações do concelho a candidatar-se a programas que lhes permitam diversificar as suas fontes de receita e reforçar a sua sustentabilidade.

Assim, rejeitamos a ideia de que o município seja um mero financiador, pois o nosso compromisso tem sido o de trabalhar lado a lado com o movimento associativo, contribuindo ativamente para o seu fortalecimento e desenvolvimento.

Esta associação em concreto está a propor um projeto diferenciado sem custos para o Município. Pretende desta forma contribuir para a construção de percursos educativos mais ricos e inclusivos.”

Ponto 6.2 – Presente informação DCESDJ/200 referente à emissão de parecer para a realização da manifestação desportiva de ciclismo amador denominada “LifeRiding 2026 – DOURO Trip”, que irá decorrer entre os dias 18 e 22 de maio de 2026, com início e fim em Espinho, com passagem pelo concelho de Aljô, na freguesia do Pinhão, no dia 20 de maio.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a emissão de parecer favorável à realização da atividade, nos termos da informação técnica.

7. DIVISÃO DE ESTRATÉGIA E EMPREENDEDORISMO

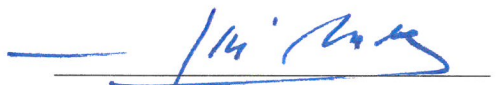
Ponto 7.1 – Presente informação DEE/EE/2026/190 propondo a 3.ª adenda ao Protocolo de Titularidade da Equipa de Sapadores Florestais SF10-117.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a 3.ª adenda ao protocolo e a competente minuta do protocolo, nos termos da informação técnica.

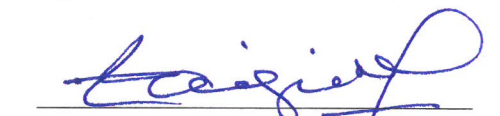
Nos termos do nº 6 do artigo 55º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, e dos artigos 69º e 73º do Código do Procedimento Administrativo, a vereadora Ana Vieira ausentou-se no momento da apreciação e votação do presente ponto.

APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Câmara deliberou, em reunião do dia 2026/03/20 aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Câmara, e por mim, Chefe da Divisão de Gestão Organizacional desta Autarquia.



José Rodrigues Paredes,
(Presidente da Câmara Municipal de Alijó)



Manuel Jorge Pinto Laiginhas,
(Chefe da Divisão de Gestão Organizacional)